

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 24

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Audidores fiscais encerram greve 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Setores de mineração e petróleo se articulam contra "imposto do pecado" 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setores buscam brechas em reforma para contestar aplicação de novo imposto 6

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

'Ano Novo' começa: declaração do IR deve ser a 1a providência 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Enfim, o ano começa no país (Editorial) 8

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ANFIP

Entenda como mudança do IR vai incidir sobre o seu salário 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ANFIP

Veja como fica a nova tabela 10

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empregadores têm o dia 29 para enviarem informe de rendimentos 12

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda: patrão tem até 29 de fevereiro para enviar informe de rendimentos a funcionários 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tribunais de todo o País registram 40 milhões de processos com erros 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Como fazer o mínimo render 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo alerta para risco de rombo nas contas do INSS 17

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS não irá suspender benefícios para os aposentados e pensionistas 20

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar benefícios de fevereiro a partir do dia 23 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Prazo para pagar termina sexta 22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas brasileiras pagam R\$ 50 bilhões em impostos indevidos 23

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução da conta de luz pode tirar R\$ 34 bilhões dos Estados 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

"FGTS Futuro" vai facilitar casa própria 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas já veem alta do PIB de 2024 mais perto de 2% 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Custo de manter reservas cai com menor diferença de juros 30

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Indicador derruba preço do bitcoin abaixo de US\$ 50 mil 32

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - BRASIL
ECONOMIA

Brasil e mundo demandarão mais petróleo, diz Opep 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Empresas tentam alongar prazo de debêntures após período de aversão a risco 34

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Dados sobre juro e inflação afetam bolsas 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação sobe 0,3% em janeiro e pode retardar corte de juros nos EUA 36

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação nos EUA desacelera em janeiro, mas segue elevada 37

Audidores fiscais encerram greve

Os auditores da **Receita Federal** aceitaram proposta do governo federal e decidiram encerrar a greve da categoria que já durava quase três meses. A proposta contempla o chamado bônus remuneratório, para o atingimento de metas, de forma escalonada até 2027.

O chamado bônus de eficiência foi acordado entre as duas partes ainda em 2016, mas eles reclamam que a medida nunca foi regulamenta-

da. Os valores da proposta do governo são o máximo a ser pago, em caso de cumprimento de 100% das metas. O salário inicial de auditores fiscais fica em torno de R\$ 21 mil.

A proposta aceita pela categoria prevê a elevação escalonada para atingir até 25% do Fundaf até o início de 2027. Esse fundo visa ressarcir despesas operacionais e administrativas das atividades de fiscalização de **tributos** federais.

Setores de mineração e petróleo se articulam contra "imposto do pecado"

BIANCA LIMA

De olho na regulamentação da **reforma tributária**, os setores de mineração e de petróleo se articulam para tentar reduzir o impacto do novo Imposto Seletivo - o chamado "imposto do pecado" -, que incidirá sobre itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente, incluindo a extração de recursos naturais não renováveis. Pelo texto promulgado pelo Congresso no fim do ano passado, a alíquota será de até 1% sobre o valor de mercado do produto extraído.

Para as mineradoras, o essencial é barrar essa cobrança na exportação, com o argumento de preservar a competitividade do produto brasileiro, sobretudo do minério de ferro - responsável por quase 60% do faturamento do segmento. Se a negociação não avançar, o setor não descarta recorrer à Justiça.

Já o esforço das empresas de óleo e gás busca estabelecer redutores para a alíquota do tributo, além de possibilidades de isenção completa.

Em comum, as duas atividades produtivas lançarão mão de discurso sobre risco de bitributação (dupla taxação), numa nova tentativa de sensibilizar o Ministério da Fazenda e o Congresso Nacional. A mineração alega que já recolhe bilhões de reais via royalties, mais especificamente por meio da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Só no primeiro semestre de 2023, foram R\$ 3,4 bilhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Já o setor petrolífero argumenta que a cadeia é onerada pela Cide-Combustíveis, uma contribuição de caráter extrafiscal.

Ou seja, que não tem como função principal a arrecadação, e sim estimular ou desestimular determinadas atividades - exatamente o mesmo princípio do Imposto Seletivo. Seria, portanto, na visão de entidades do setor, uma taxação duplicada, o que justificaria o pedido para estabelecer a isenção.

DISCUSSÕES. O tema será debatido em um grupo de trabalho específico dentro do Ministério da Fazenda, formado por membros da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** e da **Receita Federal**. Após pressão do setor privado, esse grupo também contará

com sugestões das entidades produtivas, que devem começar a enviar as propostas já nesta semana.

Em paralelo, o Congresso se organizou em pequenos comitês com o objetivo de preparar os parlamentares para as negociações, que prometem ser ainda mais espinhosas do que as da própria emenda constitucional que mudou o regime de **impostos** sobre bens e serviços no País.

"A questão central, para nós, e, se perdermos, não vemos outra saída que não seja peticionar os tribunais, é a (não) incidência do seletivo sobre a exportação.

Isso nós não abriremos mão", afirmou o ex-ministro e atual diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann. Para ele, tributar as vendas externas "não é um tiro no pé, e sim um tiro no peito".

"Primeiro, porque estamos indo contra o princípio constitucional de não exportar **impostos**.

E, segundo, porque vai tributar um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira, responsável por cerca de 40% do nosso superávit (saldo positivo)", diz.

Nas negociações com o governo e o Congresso, o setor também vai usar o argumento de que a mineração é a "indústria das indústrias", ou seja, produz itens que servem de insumo para outras cadeias, como areia e granito para a construção civil ou fosfato e potássio para os fertilizantes do agronegócio.

*

Como ficou

I O que prevê a reforma

O Imposto Seletivo vai incidir sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Terá suas alíquotas definidas por lei ordinária e não incidirá sobre energia elétrica e telecomunicações.

I Receita

A ideia é que a receita obtida com a tributação ajude a financiar diversos fundos, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE) - que hoje é alimentado em parte pelo IPI

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setores buscam brechas em reforma para contestar aplicação de novo imposto

BIANCA LIMA

Outra preocupação dos empresários em relação ao Imposto Seletivo tem a ver com o valor da alíquota e a forma de cobrança: se será um percentual uniforme ou se haverá diferenciação. O texto da reforma tributária promulgado pelo Congresso prevê taxaço de até 1% sobre o valor de mercado do produto - redação que, na avaliação de entidades e parlamentares, abre margem para que determinados itens sejam excetuados.

Nessa condição, os minerais estratégicos - diretamente ligados à transição energética -, como lítio e nióbio, seriam fortes candidatos a entrar nessa lista de exceções. O problema é como realizar essa classificação.

"Qual é a lista de minerais estratégicos? Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma com 50 itens. Imagina a briga e o inferno que vai ser isso? Dizer o que é e o que não é estratégico", diz o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, destacando a complexidade do tema e a dificuldade de regulamentação desse novo tributo.

Já os representantes da cadeia de óleo e gás passaram os últimos dias debruçados sobre a tributação do setor para buscar "atenuantes" à provável incidência do imposto - bem como brechas e falhas na nova legislação.

Um dos "atenuantes" que poderiam ser considerados é a petrolífera ter projetos ambientais, o que pode representar uma redução da alíquota.

Outra possibilidade seria estabelecer critérios de reciprocidade no comércio externo.

Ou seja: se o Brasil fosse exportar petróleo a um país europeu que tributa carbono (isto é, faz uso de um "carbon tax", na sigla em inglês), haveria incidência do seletivo na extração. Mas, se fosse vender para a China, que não tem esse tipo de taxaço, aí a matéria-prima seria isenta.

EFEITO EM OUTROS SETORES.

Outro aspecto a ser levado aos técnicos do Ministério da Fazenda é o fato de a reforma proibir a cobrança

do seletivo nas operações com energia elétrica.

Só que o gás natural é usado como combustível em diversas termoeletricas do País.

Logo, a sua tributação inevitavelmente se refletiria no preço da eletricidade, dizem os executivos da cadeia, o que é apontado como contraditório.

Já em relação à eventual bitributação, além do acúmulo com a Cide, o setor teme que o seletivo incida em dois momentos: na extração do óleo e na comercialização da gasolina e do diesel, onerando a cadeia. Interlocutores ouvidos pela reportagem afirmam que esse será um ponto fundamental a ser barrado na regulamentação.

Por fim, os executivos do setor apontam a dificuldade de se estabelecer fatos geradores para a nova cobrança.

Hoje, a tributação de bens ocorre na comercialização, quando há a transferência de propriedade. Há dúvidas, portanto, de como taxar uma etapa produtiva, no caso, a extração dos recursos naturais.

"Qual é a lista de minerais estratégicos? Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma com 50 itens. Imagina a briga e o inferno que vai ser isso?"

Raul Jungmann Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Ano Novo' começa: declaração do IR deve ser a 1ª providência

'NILTON VALENTIM

Se o ano começa depois do Carnaval, como muitos costumam dizer, então a primeira providência a partir da Quarta-Feira de Cinzas é pensar no IR (Imposto de Renda). A melhor maneira de acertar as contas com o Leão da **Receita Federal** é dentro do prazo, evitando atropelos de última hora que podem resultar em multa.

Até o fim deste mês as empresas devem entregar aos funcionários os comprovantes de rendimentos referentes ao ano passado. O documento é base para que os assalariados possam preencher a declaração.

Neste ano, o período de entrega das declarações será aberto no dia 15 de março e vai até 31 de maio. Parece que está longe, mas chega rapidinho e, quem deixa para a última hora acaba correndo riscos desnecessários.

É sempre bom lembrar que o governo federal recentemente editou uma MP (Medida Provisória) que isenta do pagamento do IR os trabalhadores cuja renda mensal é de até R\$ 2.824, o equivalente a dois salários mínimos por mês.

PROJETOS

Na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado há propostas de mudanças nas regras do IR que poderão ir a votação nos próximos dias.

Entre as proposituras que aguardam votação na CAE, estão a concessão de benefícios aos contribuintes que tenham dependentes com doenças raras, e a ampliação do rol de pessoas com deficiência beneficiadas com a isenção do IR sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. Os projetos são de autoria do senador Flávio Arns (PSB-PR).

Outra PL que aguarda votação, a 1.726/2019, trata de tema semelhante. Originalmente, o texto do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) permitia deduções no IR para despesas com a instrução de pessoas do espectro autista. Porém, na CDH (Comissão de Direitos Humanos), foi aprovado o substitutivo do senador Flávio Arns que ampliou as deduções para despesas de educação e saúde de mães e pais de pessoas com deficiência e doenças raras. Na CAE, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), rejeitou a

mudança feita no texto e foi favorável ao projeto original.

Já o PL 4144/2019, do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), permite que os contribuintes deduzam do IR as doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e eleva o limite de dedução dessas doações para 6% quando realizadas na declaração de ajuste anual.

O PL 3.018/2021, do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), isenta a remuneração de professores de todos os níveis. Na mesma linha, o PL 1.324/2022, apresentado pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), reduz de 60% para 20% do rendimento bruto a base de cálculo presumida do IR para os transportadores autônomos de passageiros, como motoristas de aplicativos. As duas propostas tiveram parecer favorável. (com Agência Senado)

Site:

**ab_AF4013E193F6EA14A56063A3D4E8F006904A20BF34
4CBFF81BEDABEFED324D8A3BCD16369BD3A213B97FF
BB4929783AB715F13E0B24D52FBA32EE112897E68CA7
DAA413456E5298602F23C25D0C517D88294C45E5C3827
7EB5D915C10C07E29D15192D76EE728B407F6C6A83B9
BCF5FE16496530924AAC58C88D5190DB0E50F83AA44D
5A91638D03CCFBE1733F9B19E15E51BC727**

Enfim, o ano começa no país (Editorial)

Opinião

Para os foliões que pularam carnaval nos últimos dias, movimentando o corpo e a economia de milhares de cidades Brasil afora, a Quarta-Feira de Cinzas marca o fim da fantasia e o reencontro com a realidade. Para o Brasil é o momento de retomada de discussões importantes no Judiciário e no Legislativo, que deram início aos seus trabalhos de 2024 na semana passada. Como esse começo foi atropelado pelo carnaval, a engrenagem efetiva será a partir de agora.

E o que se espera é que em lugar de atritos políticos ocorram entendimentos em prol de toda a sociedade. Ainda que a reoneração da folha de pagamento de 17 setores e os vetos do presidente Lula ao Orçamento, com corte de R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares, possam significar impasse, é preciso que se busque o consenso e que Executivo e Legislativo cheguem a bom termo para destravar a pauta de votações no Congresso em ano encurtado pelas eleições municipais.

No Congresso é preciso que se votem os projetos que vão regulamentar a **reforma tributária**, para que ela seja efetivamente concluída e gere os benefícios esperados, e também as propostas para efetivar o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que, embora receba críticas, é a peça que está motivando montadoras a confirmarem investimentos de R\$ 41,7 bilhões em novos produtos e descarbonização no país. Câmara e Senado devem avaliar ainda a reforma do Código Civil, a regulação da inteligência artificial (IA), as mudanças eleitorais, o projeto para regulação do mercado de carbono e do mercado de hidrogênio verde, sem falar no projeto de combate às fake news.

Do lado do Executivo, o que se espera é que efetivamente sejam tomadas medidas para que os projetos de investimentos previstos e anunciados com pompa e aos quatro ventos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comecem a tomar forma. São esses recursos em projetos de infraestrutura, saúde, educação e segurança que podem dinamizar a economia neste ano, para que não se confirmem as projeções de um crescimento cerca de 50% menor do que a expansão de 2023, que será conhecida em 1º de março.

Com o setor agrícola perdendo tração por causa das mudanças climáticas e do El Niño e pela redução dos preços das commodities - soja e milho tiveram queda de 50% - em 2023 e tendência de estabilização agora,

será preciso que o consumo das famílias dê suporte para a expansão dos serviços e da indústria para que o Produto Interno Bruto (**PIB**) possa mais uma vez surpreender e crescer além das previsões de janeiro. Hoje, os economistas e analistas ouvidos pelo Banco Central projetam crescimento de 1,6% do **PIB**, o Banco Mundial espera alta de 1,5% e o Fundo Monetário Internacional, 1,7%.

Esse crescimento é baixo para o potencial da economia brasileira, que deu uma pequena mostra do que apenas o setor de eventos e audiovisual pode gerar de impacto em termos de receitas e abertura de emprego. A estimativa é de que a folia de Momo tenha alavancado negócios da ordem de R\$ 9 bilhões, com dezenas de milhares de brasileiros trabalhando na folia. Que esses recursos, que renderam **impostos**, sejam revertidos na dinamização econômica dos locais onde foram alocados. É preciso agir para acelerar o crescimento econômico e a geração de empregos, agora que o ano está começando.

Entenda como mudança do IR vai incidir sobre o seu salário

(Cristiane Gercina/FolhaPress e Agência Brasil)

A tabela de desconto mensal do Imposto de Renda 2024 mudou. A partir deste mês, trabalhadores que ganham até dois salários mínimos estão isentos do pagamento do imposto, conforme medida provisória publicada pelo governo federal no "Diário Oficial da União", semana passada. A exemplo de 2023, foi reajustada a faixa de isenção do IR, ampliando o número de contribuintes que deixarão de pagar o tributo. Salários, aposentadorias e pensões de até R\$ 2.824 estão isentos.

Além do reajuste de R\$ 6,97% na faixa inicial, o governo concedeu desconto extra de R\$ 564,80 para isentar quem ganha até dois mínimos. Com isso, a primeira faixa do IR subiu de R\$ 2.112 para R\$2.259,20.

Segundo a Receita, 15,8 milhões de brasileiros deixarão de pagar imposto neste ano, medida válida para empregados, autônomos, aposentados, pensionistas e demais contribuintes, e outros 35 milhões de cidadãos pagarão menos IR por causa da progressividade da tabela, conforme estimativa do Ministério da Fazenda.

O diretor da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, Maurício Ta-deu de Luca Gonçalves, lembra que a tabela do Imposto de Renda ficou congelada, sem reajuste, de 2015 a 2023. Para ele, a decisão do governo federal traz certo alívio ao bolso dos trabalhadores brasileiros.

"Este aumento na faixa de isenção é um e medida bem-vinda para aliviar a pressão fiscal sobre os brasileiros, permitindo que uma maior parcela de sua renda permaneça em seus bolsos", diz Gonçalves.

Para a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), o reajuste é importante, mas é preciso avançar ainda mais, corrigindo de forma justa a tabela, e para todos.

"É importante lembrar que a falta de atualização da tabela, ao longo de tantos anos, fez com que os brasileiros pagassem cada vez mais Imposto de Renda, diminuindo a renda e o consumo", afirma nota da associação. Com isso, todos os trabalhadores com rendimentos tributáveis pagarão menos Imposto de

Renda.

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, diz que embora a medida aparente um alívio para a classe média, na prática, a correção é tímida e não abrange na totalidade as demais faixas de renda.

Ele afirma que a promessa do governo de isentar quem ganha até R\$ 5.000 se torna mais difícil de ser cumprida, pois o ajuste se concentrou apenas na faixa de dois salários mínimos.

Deduções Desconto simplificado é opcional

Oficialmente, o limite máximo da alíquota zero do Imposto de Renda está fixado em R\$ 2.259,20. No entanto, para garantir a isenção a quem recebe até R\$ 2.824, haverá um desconto simplificado de R\$ 564,80 da renda sobre a qual deveria incidir o imposto. Esse desconto corresponde à diferença entre os dois valores: limite de isenção e dois salários mínimos.

A **Receita Federal** esclarece que esse desconto simplificado é opcional. Para quem tem direito a deduções maiores pela legislação atual, como dependentes, pensão alimentícia, gastos com educação e saúde, nada mudará.

Fique atento à declaração

A nova tabela do Imposto de Renda não vale para a declaração de 2024, ano-base 2023. As novas medidas terão impacto imediato no pagamento mensal do imposto, mas não são válidas para a declaração, que deve começar a ser entregue em março. O reajuste aplicado na tabela do IR deste ano só será válida na declaração de 2025, ano-base 2024.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Veja como fica a nova tabela

A tabela de desconto mensal do Imposto de Renda 2024 mudou.

A partir deste mês, trabalhadores que ganham até dois salários mínimos estão isentos do pagamento do imposto, conforme medida provisória publicada pelo governo no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro.

A exemplo do que fez no ano passado, o presidente Lula reajustou a faixa de isenção do IR, ampliando o número de contribuintes que deixarão de pagar o tributo. Salários, aposentadorias e pensões de até R\$ 2.824 ficarão isentos.

Além do reajuste de R\$ 6,97% na faixa inicial, o governo concedeu um desconto extra de R\$ 564,80 para chegar à isenção a quem ganha até dois mínimos. Com isso, a primeira faixa do IR subiu de R\$ 2.112 para R\$ 2.559,20.

Segundo a Receita, 15,8 milhões de brasileiros deixarão de pagar imposto neste ano, medida válida para empregados, autônomos, aposentados, pensionistas e demais contribuintes, e outros 35 milhões de cidadãos pagarão menos IR por causa da progressividade da tabela, conforme estimativa do Ministério da Fazenda.

O desconto-padrão de R\$ 564,80 também poderá ser aplicado mensalmente a outras faixas de renda, substituindo deduções legais, como por dependentes, Previdência e pensão alimentícia.

Maurício Tadeu de Luca Gonçalves, diretor da PartWork Associados e da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp), lembra que a tabela do Imposto de Renda ficou congelada, sem reajuste, de 2015 a 2023. Para ele, a decisão do governo traz certo alívio ao bolso dos brasileiros.

"Este aumento na faixa de isenção é uma medida bem-vinda para aliviar a pressão fiscal sobre os brasileiros, permitindo que uma maior parcela de sua renda permaneça em seus bolsos", diz ele.

Para a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), o reajuste é importante, mas é preciso avançar ainda mais, corrigindo de forma justa a tabela, e para todos.

"É importante lembrar que a falta de atualização da tabela, ao longo de tantos anos, fez com que os

brasileiros pagassem cada vez mais Imposto de Renda, diminuindo a renda e o consumo", afirma nota da associação.

Segundo Richard Domingos, da Confirp Escritório Contábil, o contribuinte com rendimentos mensais de até R\$ 2.824, ou seja, dois salários mínimos, será beneficiado com a isenção porque terá um desconto extra de R\$ 564,80, além do reajuste da faixa de isenção, que subiu para R\$ 2.259,20.

Para que os contribuintes que ganham até dois salários mínimos deixem de pagar Imposto de Renda, duas medidas foram tomadas: atualização da faixa de isenção do Imposto de Renda de R\$ 2.112 para R\$ 2.259,20; e concessão de dedução simplificada extra no valor de R\$ 564,80 por mês

O mais vantajoso

Só quem ganha até dois salários mínimos vai pagar menos Imposto de Renda? Não, a dedução simplificada de R\$ 564,80 pode ser aplicada a outros valores de renda, desde que seja mais vantajoso para o trabalhador e substitua deduções legais como as com dependente, em R\$ 189,59 por mês, Previdência e pensão alimentícia.

Com isso, todos os trabalhadores com rendimentos tributáveis pagarão menos Imposto de Renda, mas conforme a renda é maior, o valor pago a menos de tributo é bem menor.

Mauro Silva, presidente da Unafisco, diz que, embora a medida aparente um alívio para a classe média, na prática, a correção é tímida e não abrange na totalidade as demais faixas de renda.

Ele afirma que a promessa de Lula de isentar quem ganha até R\$ 5 mil se torna mais difícil de ser cumprida, pois o ajuste se concentrou apenas na faixa de dois salários mínimos.

Declaração deste ano

O contribuinte precisa ficar atento porque a nova tabela do Imposto de Renda não vale para a declaração deste ano. As novas medidas terão impacto imediato no que diz respeito ao pagamento mensal do imposto, mas não são válidas para a declaração de 2024, que deve começar a ser entregue em março e tem como base o ano de 2023.

O reajuste aplicado na tabela do IR deste ano só será válido na declaração de 2025, que terá como ano-base o ano de 2024 (Da Folhapress).

"É IMPORTANTE LEMBRAR QUE A FALTA DE ATUALIZAÇÃO DA TABELA, AO LONGO DE TANTOS ANOS, FEZ COM QUE OS BRASILEIROS PAGASSEM CADA VEZ MAIS IMPOSTO DE RENDA, DIMINUINDO A RENDA E O CONSUMO."

UNAFISCO NACIONAL, em nota sobre a correção da tabela do IR

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Empregadores têm o dia 29 para enviarem informe de rendimentos

Publicado em 14/02/2024 - 10:29

Por

Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil - São
Luís

comprovar as informações prestadas na declaração.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/empregadores-tem-o-dia-29-para-enviarem-informe-de-rendimentos>

Os empregadores têm até o dia 29 de fevereiro para enviar aos funcionários o informe com os rendimentos referentes a 2023. O prazo também vale para bancos e corretoras de valores, que devem disponibilizar o documento referente aos rendimentos de aplicações financeiras aos seus clientes. A disponibilização dos informes de rendimentos é obrigatória e pode ser feita pelo correio ou na forma digital, por e-mail, internet ou intranet.

Os informes são necessários para preencher a declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2024 (IRPF). Este ano, o período de entrega das declarações do Imposto de Renda, sem multa, vai de 15 de março a 31 de maio.

Entre as informações contidas nos informes de rendimentos estão o total dos rendimentos tributáveis, a exemplo dos salários; os descontos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**); os rendimentos tributáveis exclusivamente na fonte, como o 13º salário; imposto de renda retido na fonte, se houver; eventuais rendimentos isentos, como venda das férias e descontos; e despesas com plano de saúde ou odontológico coletivo, se houver.

A declaração do IRPF é obrigatória para quem recebeu rendimentos tributáveis acima de dois salários mínimos. A nova tabela foi publicada em uma medida provisória no dia 6, e alterou a primeira faixa da tabela progressiva mensal, com elevação do limite de aplicação da alíquota zero, que passou de R\$ 2.112 para R\$ 2.259,20.

O contribuinte com rendimentos de até R\$ 2.824 mensais será beneficiado com a isenção porque, em razão do desconto simplificado de R\$ 564,80, que resulta em uma base cálculo mensal de R\$ 2.259,20, o mesmo limite máximo da faixa de alíquota zero da nova tabela.

A Receita orienta o contribuinte a guardar os informes de rendimentos por, no mínimo, 5 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao do processamento da declaração. A regra também vale para os demais documentos que servem para

Imposto de Renda: patrão tem até 29 de fevereiro para enviar informe de rendimentos a funcionários

Economia

*/
Da Agência Brasil*

Os empregadores têm até o dia 29 de fevereiro para enviar aos funcionários o informe com os rendimentos referentes a 2023. O prazo também vale para bancos e corretoras de valores, que devem disponibilizar o documento referente aos rendimentos de aplicações financeiras aos seus clientes. A disponibilização dos informes de rendimentos é obrigatória e pode ser feita pelo correio ou na forma digital, por e-mail, internet ou intranet.

Os informes são necessários para preencher a declaração de IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) 2024. Este ano, o período de entrega das declarações do Imposto de Renda, sem multa, vai de 15 de março a 31 de maio.

Entre as informações contidas nos informes de rendimentos estão o total dos rendimentos tributáveis, a exemplo dos salários; os descontos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social); os rendimentos tributáveis exclusivamente na fonte, como o 13º salário; imposto de renda retido na fonte, se houver; eventuais rendimentos isentos, como venda das férias e descontos; e despesas com plano de saúde ou odontológico coletivo, se houver.

A declaração do IRPF é obrigatória para quem recebeu rendimentos tributáveis acima de dois salários mínimos. A nova tabela foi publicada em uma medida provisória no dia 6, e alterou a primeira faixa da tabela progressiva mensal, com elevação do limite de aplicação da alíquota zero, que passou de R\$ 2.112 para R\$ 2.259,20.

O contribuinte com rendimentos de até R\$ 2.824 mensais será beneficiado com a isenção porque, em razão do desconto simplificado de R\$ 564,80, que resulta em uma base cálculo mensal de R\$ 2.259,20, o mesmo limite máximo da faixa de alíquota zero da nova tabela.

A Receita orienta o contribuinte a guardar os informes de rendimentos por, no mínimo, 5 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao do processamento da declaração. A regra também vale para os demais documentos que servem para comprovar as informações prestadas na declaração.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/empregadores-tem-ate-29-de-fevereiro-para-enviar-informe-de-rendimentos-aos-funcionarios-14022024>

Tribunais de todo o País registram 40 milhões de processos com erros

HEITOR MAZZOCO

Quase 40 milhões de processos, ou cerca de 20% do total dos feitos que tramitaram nos últimos anos em tribunais de todo o País, foram identificados com algum tipo de erro, o que aumenta a morosidade e dificulta a atuação de servidores do Poder Judiciário. São problemas como falta de documentação das partes (autor e réu), dados errados ou falsos, falta de informações e assunto jurídico cadastrado de maneira incorreta.

Desde 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) compila nos tribunais o número de demandas com problemas, chamadas de ações com inconsistências.

São processos que se iniciaram nas últimas décadas e que estiveram em tramitação nesse período de análise.

A meta do CNJ é diminuir o maior número possível de causas com algum tipo de falha, mesmo em processos que já estejam arquivados. Pelos números atuais, de um montante de 195.595.520 ações, 39.790.342 tiveram erros detectados até novembro de 2023.

Procurado, o CNJ afirmou que o objetivo do levantamento é justamente auxiliar os tribunais brasileiros na correção e na melhoria das informações processuais cadastradas. "Os tribunais focam mais na solução dos casos mais novos e em trâmite. É natural que haja uma parcela de processos mais difícil de ser corrigida", afirmou o conselho.

ESTADOS. Entre tribunais estaduais, 146,7 milhões de processos foram analisados, e 32,1 milhões apresentaram erros. Em Alagoas, por exemplo, segundo dados do CNJ, de 1.650.475 litígios, pouco mais de 515 mil tiveram problemas, o que representa 31,2% das ações analisadas.

É a unidade federativa com mais problemas em processos, em termos percentuais.

Em São Paulo, a porcentagem de processos com erros é de 24,3% (10.675.922 em um universo de 43.972.482 ações analisadas).

Um juiz de São Paulo ouvido pelo Estadão afirmou que magistrados têm ciência dos casos que acabam

atrasando ainda mais o ritmo dos tribunais.

Segundo ele, advogados, muitas vezes, entram com um cadastro cheio de erros e o cartório tem de corrigir. No entanto, nem sempre o "pente-fino" é capaz de detectar todas as falhas, porque o número de servidores é insuficiente para cuidar da quantidade atual de processos, disse.

Os problemas também são encontrados na Justiça Federal (Tribunais Regionais Federais 1, 2, 3, 4, 5 e 6). De acordo com os dados do CNJ, pouco mais de 5 milhões de ações apresentaram algum erro. Foram avaliados 26,5 milhões de demandas no total.

DIVERGÊNCIA. Para o advogado Douglas Garcia, o cliente do advogado, muitas vezes, fornece dados de maneira verbal e há a necessidade de o defensor conferir as informações com documentos oficiais. "O advogado, quando vai ajuizar a ação, ele pede o documento do cliente, que às vezes fornece o número pelo WhatsApp ou por e-mail.

E o advogado já começa a elaborar a petição. Depois, quando o cliente envia o documento para anexar ao processo, há a necessidade de conferir. Se não conferir, e (o advogado) lançou com base no que o cliente passou por WhatsApp ou por e-mail, pode ocorrer essa divergência", disse.

Garcia afirmou também que os tribunais poderiam tentar vincular os dados de processos com órgãos governamentais, o que evitaria informações de documentos falsos, por exemplo. "Seria interessante se o próprio sistema do tribunal fosse vinculado aos sistemas governamentais. A gente coloca o RG ou o CPF do cliente, o sistema já vai buscar essas informações. A gente não consegue saber se o RG do cliente ou da parte contrária é falso. O sistema poderia dar um suporte em relação a isso." SISTEMA ÚNICO. O também advogado José Arnaldo da Fonseca Filho afirmou que, em alguns casos, os problemas ocorrem porque os defensores são induzidos ao erro. "Se estou peticionando pelo meu cliente contra outra pessoa, eu preciso desses dados. E, muitas vezes, os dados estão equivocados, de forma proposital ou não, num documento, contrato.

Então, somos induzidos ao erro. Com a tecnologia isso melhorou", disse.

Fonseca Filho defende um sistema único para petição de ações, o que, segundo ele, evitaria a repetição de inclusão de dados em cada tribunal do País. "O poder público tem ferramentas e poderia investir mais, o próprio CNJ, com a unificação dos programas, integração mais eficaz com sistemas da **Receita Federal**, do Tribunal Regional Eleitoral, porque facilita cada vez mais. Eu entro com ação no Tribunal de Justiça de Brasília, é o sistema PJe (Processo Judicial eletrônico).

Em cada tribunal eu tenho que cadastrar partes. Em São Paulo é o e-SAJ (Sistema de Automação da Justiça), no Rio, outro sistema. Se tudo fosse unificado, seria mais fácil." REQUISITOS. No Código de Processo Civil (CPC), o artigo 319 diz que a petição inicial deverá indicar "os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu".

O parágrafo primeiro do CPC também permite que o autor da ação solicite ao juiz diligências para obter os dados do réu, por exemplo. Já o artigo 321 é claro ao afirmar que, se o juiz verificar que a petição inicial não preenche os artigos anteriores, o advogado deve corrigir o documento em um prazo de 15 dias. "Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial", diz o parágrafo único do artigo.

Padronização

Advogado defende uma unificação de sistemas nos tribunais brasileiros para mitigar riscos de falhas

"Seria interessante se o próprio sistema do tribunal fosse vinculado aos sistemas governamentais. (Hoje) A gente não consegue saber se o RG do cliente ou da parte contrária é falso. O sistema poderia dar um suporte em relação a isso"

Douglas Garcia Advogado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como fazer o mínimo render

A partir deste mês começa a cair R\$ 92 a mais na conta dos trabalhadores que ganham um salário mínimo. O valor do mínimo passou a R\$ 1.412 no mês trabalhado em janeiro, contra R\$ R\$ 1.320 do ano passado.

São beneficiados com o aumento empregados do setor privado e público com carteira assinada, inclusive os trabalhadores domésticos. Além de **servidores públicos**, aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para quem não precisa usar essa diferença para pagar despesas, uma dica é multiplicá-la. O professor e especialista em investimentos e finanças pessoais, Renan Diego, recorda que, com o valor, já se pode dar os primeiros passos na bolsa de valores.

"É preciso deixar de lado os pensamentos limitantes de que investir é só para quem tem muito dinheiro ou é especialista no assunto. Com apenas R\$ 92,00, você pode começar a investir em ações e caminhar rumo a sua tão sonhada independência financeira. O primeiro passo é criar uma conta em alguma corretora", orienta Renan Diego.

Para o especialista, é preciso começar a investir de forma consciente. "Como estamos falando de R\$ 92,00, recomendo investir em ações ou em Fundos Imobiliários (FIIs). Ele explica que os Fundos Imobiliários são menos voláteis e oferecem retornos mais estáveis.

Já o educador financeiro Elder Efrain, diz que o primeiro passo para se conseguir investir é se organizar. Ele conta que, colocando os números em ordem, é possível fazer o dinheiro render, independentemente da renda.

"A questão não é apenas na quantia que se recebe, mas sim na maneira como se gasta. Já acompanhei casos de indivíduos que ganhavam menos de um salário mínimo e conseguiram constituir reservas suficientes para sustentar seu padrão de vida por longos períodos. Ao mesmo tempo, também houve situações de pessoas com salários elevados que enfrentavam endividamento", alertou Elder Efrain.

Governo alerta para risco de rombo nas contas do INSS

Rodrigo Péret

A disposição do Congresso em cortar a alíquota de contribuição das prefeituras ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) acendeu um alerta dentro do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o risco de migração em massa de municípios que hoje mantêm regimes próprios de Previdência.

Uma eventual transferência de servidores municipais para o regime geral poderia aprofundar o déficit do **INSS**, que em 2023 fechou em R\$ 311,3 bilhões - ou R\$ 283,6 bilhões, descontado o pagamento extraordinário de precatórios represados de anos anteriores.

O temor existe porque o Congresso aprovou uma lei que reduz de 20% para 8% a contribuição patronal dos municípios com até 156.200 habitantes.

A medida foi vetada por Lula, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. Na sequência, o governo federal editou medida provisória para revogar o benefício.

Somente com as prefeituras que hoje já recolhem para o **INSS**, o impacto é de R\$ 4 bilhões ao ano. Mas a desoneração pode criar uma situação de elevada disparidade com as 2.118 prefeituras que têm regimes próprios e são responsáveis por mantê-los em equilíbrio.

A advogada especialista em Direito Previdenciário Renata Prado detalha que, embora no curto prazo a migração possa elevar receitas do **INSS**, no futuro o rombo será maior com o pagamento de mais aposentadorias.

"A arrecadação do **INSS** ficaria menor para um montante de obrigações cada vez maior. O desequilíbrio acentuado das contas da Previdência exigiria um esforço fiscal ainda maior da União", disse Renata Prado.

"BOMBA-RELÓGIO"

O economista Ricardo Paixão classifica a possibilidade de migração como uma "bomba-relógio".

"Vai explodir a médio e longo prazo. O nó a ser desatado seria um desafio grande no futuro. O ideal é

buscar alternativas para evitar essa migração".

O economista Jorge D'Ambrósio explica que, na prática, por um lado, haveria um alívio para as prefeituras no curto-prazo. "Mas, por outro, afetaria o **INSS**, que arcaria com futuras aposentadorias, desequilibrando ainda mais o caixa", explica o especialista.

FACHADA DA PREVIDÊNCIA: governa federal teme migração de prefeituras para o **INSS** e aumento de prejuízos

ENTENDA

Lei aprovada e veto derrubado

EVENTUAL transferência de servidores municipais para o regime geral poderia aprofundar o déficit do **INSS**, que em 2023 fechou em R\$ 311,3 bilhões - ou R\$ 283,6 bilhões, descontado o pagamento extraordinário de precatórios represados de anos anteriores.

O TEMOR existe porque o Congresso Nacional aprovou uma lei que reduz de 20% para 8% a contribuição patronal dos municípios com até 156.2 mil habitantes. A medida foi vetada por Lula, mas restabelecida pelo Congresso.

NA SEQUÊNCIA, o governo editou uma MP (medida provisória) para revogar o benefício, considerado inconstitucional pela área jurídica do Executivo.

A INICIATIVA, porém, enfrenta resistências de deputados e senadores e é ainda alvo de negociações.

Impacto bilionário

SO COM AS prefeituras que hoje já recolhem para o **INSS**, o impacto é de R\$ 4 bilhões ao ano. Mas a desoneração pode criar uma situação de elevada disparidade com as 2.118 prefeituras que têm regimes próprios e são responsáveis por mantê-los em equilíbrio.

NESSSES MUNICÍPIOS, a alíquota patronal normal oscila entre 11% e 31%, com uma média de 16,5%. No entanto, o déficit atuarial - jargão técnico para o

dado que sinaliza a falta de dinheiro suficiente para cobrir o pagamento de benefícios no futuro - obriga cerca de metade das prefeituras a arcar com alíquotas suplementares que vão de 0.1% a 153,7% sobre a folha (em média, 18,5%).

NA AVALIAÇÃO do Ministério da **Previdência Social**, o corte da alíquota do **INSS** para municípios poderia intensificar a busca de prefeitos pela migração para o regime geral como

forma de obter um alívio de curto prazo sobre o caixa. Esse movimento já vinha ocorrendo no ano passado.

Preocupação

O QUE PREOCUPA o governo é que alguém precisará pagar essa conta no futuro. A arrecadação do **INSS** ficaria menor para um montante de obrigações cada vez maior. O desequilíbrio acentuado das contas da Previdência exigiria um esforço fiscal ainda maior da União.

A MUDANÇA traria repercussões relevantes para os servidores municipais. No caso de um funcionário que trabalhou a vida inteira para a prefeitura e nunca contribuiu para o **INSS**, a migração de regime o jogaria na regra definitiva para aposentadoria aprovada na reforma da Previdência - idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

Fonte: Pesquisa AT

ANÁLISE

Luiz Henrique Alochio, doutor em Direito

Mas prefeituras brasileiras têm a opção do chamado "Regime Próprio de Previdência", quando criam os Institutos Municipais de Previdência. ou migração para o "Regime Geral de Previdência", através do **INSS**. A coisa não é nova. Desde as Emendas Constitucionais 19 e 20 de 1998, parte dos servidores municipais - os "comissionados" - já foram migrados para o **INSS**.

À época, a ideia fora alardeada como uma enorme vantagem. O tempo só mostrou uma sobrecarga do **INSS**. Agora, pretendem reduzir de 20% para 8% as alíquotas dos municípios que migram seus regimes. Em longo prazo, será uma lástima.

O que é necessário é cobrar responsabilidade fiscal dos municípios. Especialmente fixar contribuição regular de seus servidores, o que no passado não ocorria em muitos casos. Os municípios responsáveis, que têm seus regimes próprios sólidos, que cobram as contribuições previdenciárias, vão ficar tentados a "economizar".

Vão sobrecarregar o regime geral do **INSS**, e o maior prejudicado será o trabalhador privado. Ao final, o próprio servidor, ao se aposentar, terá o risco de, até mesmo, não ficar "lá nem cá", pois, em algum tempo, a redução de alíquota pode acabar, e as prefeituras retomarem seus regimes próprios. A medida trará insegurança jurídica".

Atraso para ajudar os municípios, diz confederação

Para a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o pagamento da compensação e a repercussão sobre a vida dos servidores já seriam motivos de sobra para desencorajar a migração das prefeituras.

"Não existe hipótese real de o município fazer isso. O governo está, mais uma vez, manobrando por algo favorável a ele e atrasando a ajuda aos municípios", disse o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, sobre a possibilidade de cortar a alíquota de contribuição das prefeituras ao **INSS**.

A Prefeitura de Vitória informou que a medida não se aplica ao município. Já a Prefeitura da Serra informou que a migração depende de estudo técnico e a autarquia aguardará a tramitação da decisão para se mani festar. Vila Velha disse que não pretende fazer a migração. Procurada, a Prefeitura de Cariacica não deu retorno até o fechamento desta edição.

BARROS "Governo deu sorte"

Continuamos com problemas fiscais, afirma economista

Ainda que as perspectivas para a economia neste ano estejam melhorando, o economista Gabriel Leal de Barros prefere esperar por dados mais concretos para endossar esse quadro.

Na avaliação dele, os riscos que rondam o Brasil são consideráveis, a começar pelo embate entre o governo federal e o Congresso, que parece estar longe do fim, apesar da promessa de trégua firmada entre o presidente Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira.

"O risco em tomo da agenda econômica me parece que não é pequeno, seja por ruídos na relação entre Executivo e Legislativo, seja pelo fato de estarmos nos aproximando de um ponto de fadiga da aprovação de medidas exclusivamente pelo lado da receita", diz o economista.

Para Barros, o governo tem sido ajudado pela sorte, pois a queda dos preços das commodities (mercadorias com cotação internacional) empurrou a **inflação** para baixo, abrindo espaço para que o Banco

Central reduziisse a taxa básica de juros (Selic).

INSS não irá suspender benefícios para os aposentados e pensionistas

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) não vai suspender o benefício de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios de longa duração por falta de prova de vida presencial.

Desde fevereiro de 2022, cabe ao **INSS** comprovar que o cidadão beneficiado está vivo.

A procura por atendimento nas agências da Previdência ocorreu porque um **comunicado** (push) foi enviado pelo aplicativo Meu **INSS** e pela rede bancária para 2.961.868 segurados nascidos em janeiro e fevereiro que não tiveram seus dados validados durante o cruzamento de informações do **INSS**. No total, 4.351.557 pessoas com datas de aniversário de janeiro a março não tiveram suas informações confirmadas.

Cabe ressaltar, no entanto, que esse **comunicado** estava previsto na rotina para dar conhecimento ao aposentado e pensionista que ainda não foi encontrado em base de dados, por isso a comprovação de vida não foi confirmada.

Os aposentados e pensionistas não precisam se deslocar ao banco onde recebem o pagamento ou à uma agência da Previdência. O próprio **INSS** fará busca ativa. Ou seja, vai se dirigir ao endereço indicado no cadastro do segurado. Por isso, é importante manter os dados atualizados.

O cruzamento de dados do beneficiário do **INSS** com as informações na base do governo é necessário. Para não suspender benefícios aleatoriamente, como foi feito no passado, o **INSS** está em busca de mais bases de dados com diversos órgãos para ampliar o cruzamento de informações.

Site:

**ab_AF4013E193F6EA14A56063A3D4E8F006904A20BF34
4CBFF81BEDABEFED324D8A3BCD16369BD3A213B97FF
BB4929783AB715F13E0B24D52FBA32EE112897E68CA7
DAA413456E5298602F23C25D0C517D88294C45E5C3827
7EB5D915C10C07E29D15192D76EE728B407F6C6A83B9
BCF5FE16496530924AAC58C88D5190DB0E50F83AA44D
5A91638D03CCFBE1733F9B19E15E51BC727**

INSS começa a pagar benefícios de fevereiro a partir do dia 23

Publicado em 14/02/2024 - 11:22
Agência Brasil - Brasília

Por

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar o benefício de fevereiro a aposentados e pensionistas a partir do dia 23 de fevereiro, para quem ganha até um salário mínimo.

Os pagamentos seguem até 7 de março. A ordem dos depósitos leva em conta o número final do cartão do benefício, sem considerar o último dígito verificador, que fica depois do traço.

Recebem primeiro os aposentados e pensionistas com benefício com dígito final 1.

Neste ano, o salário mínimo foi reajustada para R\$ 1.412. Para quem recebe acima de um salário mínimo, os pagamentos começam em 1º de março e seguem até 7 de março. Nesse caso, o teto para benefícios pagos pelo **INSS** encontra-se em R\$ 7.786,01.

Atualmente, o **INSS** paga todo mês mais de 39 milhões de benefícios, dos quais 33,3 milhões benefícios previdenciários e 5,6 milhões em assistenciais. Os números se referem à folha de pagamento de novembro, dados mais recentes já divulgados, e podem oscilar mês a mês.

Os valores a receber do **INSS** podem ser conferidos pelos beneficiários na internet, por meio do Meu **Inss**, seja no computador, pelo site ou pelo aplicativo para celular.

Quem não tiver acesso à internet pode ligar para a central 135 e fornecer o número do CPF. Em seguida serão confirmadas informações de cadastro para evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Confira abaixo as datas para os pagamentos referentes ao mês de fevereiro:

Até um salário mínimo:

23 de fevereiro - cartão de final 1

26 de fevereiro - cartão de final 2

27 de fevereiro - cartão de final 3

28 de fevereiro - cartão de final 4

29 de fevereiro - cartão de final 5

1º de março - cartão de final 6

4 de março - cartão de final 7

5 de março - cartão de final 8

6 de março - cartão de final 9

7 de março - cartão de final 0

Mais de um salário mínimo:

1º de março - cartão de final 1 e 6

4 de março - cartão de final 2 e 7

5 de março - cartão de final 3 e 8

6 de março - cartão de final 4 e 9

7 de março - cartão de final 5 e 0

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/inss-comeca-pagar-beneficios-de-fevereiro-partir-do-dia-23>

Prazo para pagar termina sexta

FERNANDA STRICKLAND

Concurseiros inscritos no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) devem ficar atentos à data-limite para o pagamento da taxa de inscrição. Segundo dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), dos 2,65 milhões de inscritos, 1,28 milhão ainda não pagaram a Guia de Recolhimento da União (GRU).

O prazo final para pagamento é 16 de fevereiro, com valor variando de acordo com nível de escolaridade.

Para os cargos de nível superior, a taxa de inscrição é de R\$ 90, enquanto para o bloco de cargos de nível médio o valor é de R\$ 60. O pagamento da taxa deve ser feito apenas por meio da GRU, direto no banco, ou via pix, com o respectivo QR Code.

A prova será aplicada no dia 5 de maio, em 220 cidades, localizadas em todas as Unidades da Federação, com questões objetivas específicas e dissertativas, por área de atuação.

O modelo da seleção de concursos, criado pelo MGI, oferta 6.640 vagas para 21 órgãos públicos federais. Segundo a pasta, o objetivo é promover igualdade de oportunidades de acesso aos cargos públicos efetivos; padronizar procedimentos na aplicação das provas; aprimorar os métodos de seleção de **servidores públicos**, de modo a priorizar as qualificações necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao setor público; e zelar pelo princípio da impessoalidade na seleção dos candidatos em todas as fases e etapas do certame.

Próximas etapas O CPNU será feito em etapas.

A primeira compreende a prova objetiva, que é composta por 70 questões de múltipla escolha, e a prova discursiva, que pode abordar questões de conhecimento geral ou específicas. Em todos os sete blocos, a prova objetiva terá 20 questões de conhecimentos gerais, incluindo temas como políticas públicas, democracia e cidadania, Constituição Federal, Programa Nacional de Direitos Humanos, valores éticos do serviço público, diversidade e inclusão, administração e finanças públicas.

As 50 questões de conhecimentos específicos cobrirão conteúdos de acordo com o edital, mas cada uma das sete provas é dividida em cinco blocos temáticos de conteúdo, sendo uma para cada edital,

independentemente do cargo. O peso de cada parte da prova varia dependendo da especialidade. Com isso, o candidato pode ter notas diferentes para cada cargo que concorre.

A segunda etapa é a prova de títulos, que inclui a comprovação dos cursos que o candidato já fez. Mas nem todos os cargos do concurso serão submetidos a essa fase, por isso, é preciso ficar atento ao edital de cada bloco. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, exige a prova de títulos para os cargos de nível médio.

Na prova de títulos, os candidatos receberão pontos ao apresentarem documentos que comprovem titulação acadêmica, experiência profissional ou produção acadêmica/técnica/ cultural.

Os habilitados na prova discursiva serão convocados para enviar os títulos no período de 29 de junho a 1º de julho. A etapa, de caráter classificatório, valerá, no máximo, 10 pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

Do total de inscritos, 601 mil conseguiram isenção na taxa.

Empresas brasileiras pagam R\$ 50 bilhões em impostos indevidos

A arrecadação do governo federal bateu recordes em 2023 totalizando R\$ 2,318 trilhões, o segundo melhor resultado da série histórica do dado. Mas o que muitos não sabem é que uma parte importante deste valor é composta por **impostos** pagos indevidamente.

Segundo estudo realizado pela startup Revizia, as empresas brasileiras têm deixado de recuperar, anualmente, mais de R\$ 50 bilhões em **impostos** que não deveriam ter sido cobrados. Em média, uma empresa com faturamento acima de R\$ 10 milhões perde R\$ 251.928,23 a cada ano.

O levantamento foi realizado com 3.615 organizações da base da Revizia. O Brasil, segundo a Econodata, conta com 199.949 empresas deste porte, o que leva o montante da perda anual com **impostos** indevidos a R\$ 50,37 bilhões. Isso significa que os cofres públicos receberam quase R\$ 252 bilhões a mais nos últimos 5 anos.

"O sistema tributário brasileiro é bastante complexo, o que leva as empresas a pagarem mais **impostos** do que realmente devem, seja por desconhecimento, falta de organização dos documentos ou simplesmente para evitarem riscos de serem autuadas pelo fisco", explica o CEO da Revizia, Vitor Santos.

Os **impostos** indiretos ICMS e o PIS/COFINS, por sua complexidade, são os principais **tributos** da lista de encargos recuperáveis.

A polêmica **Reforma Tributária**

O forte crescimento de 2023 no volume de recuperação de **impostos** está relacionado à polêmica **Reforma Tributária**, promulgada apenas no final do ano. O processo acelerou a busca das empresas por realizarem um diagnóstico sobre sua situação tributária, fazer correções necessárias para evitar problemas e identificar as oportunidades de recuperar recursos financeiros perdidos com **tributos** cobrados de forma indevida.

"A promulgação da reforma, que ocorreu em 20 de dezembro de 2023, será responsável por movimentar o cenário tributário nacional pelos próximos anos, até que as novas regras passem a valer de forma integral a partir de 2033", ressalta Márcio Miranda Maia, sócio da Maia & Anjos Advogados.

Ele acrescenta que, durante o período transitório, o ordenamento jurídico terá a coexistência de dois sistemas tributários, ao passo em que os contribuintes terão que controlar as suas obrigações tanto do sistema novo quanto do antigo até que a implementação total seja realizada.

"Na prática, isso vai exigir das empresas e contribuintes um maior cuidado no planejamento tributário, que já não é fácil, para não gerar dúvidas e a possibilidade de maior judicialização, por conta da convivência com dois modelos ao mesmo tempo".

Empresas precisam recuperar suas finanças

Outro fator que levou ao crescimento da busca por **impostos** a recuperar é a situação financeira das empresas brasileiras.

"Para empresas que estão atravessando momentos de dificuldade, a recuperação de **tributos** surge como uma oportunidade de gerar caixa e buscar recursos", explica Santos.

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/empresas-brasileiras-pagam-r-50-bilhoes-em-impostos-indevidos,3b9f70855ea650cdc133be883aeaf88bpxevfdx0.html>

Redução da conta de luz pode tirar R\$ 34 bilhões dos Estados

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode alterar a base de cálculo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre energia elétrica. Há anos em discussão, a consideração de tarifas de transmissão e distribuição para calcular o ICMS está na pauta da Primeira Seção do STJ no dia 22 de fevereiro. Caso as tarifas sejam retiradas da base de cálculo, a conta de luz pode cair até 10%, mas, por outro lado, os Estados e o Distrito Federal podem perder mais de R\$ 34 bilhões.

A ponderação das tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (Tust) e de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (Tusd), determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), voltou à tona em 2022. À época, ao limitar o teto do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, gás natural e telecomunicações a 18% em meio à campanha para a reeleição, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ainda retirou as tarifas da base de cálculo do ICMS - Lei Complementar 194.

Entretanto, oito meses depois, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fechou questão para que a transmissão e a distribuição voltassem a ser consideradas. Ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada por dez Estados mais o Distrito Federal após a edição da lei por Bolsonaro, o plenário entendeu que o Legislativo teria extrapolado a sua competência, já que, de acordo com a Constituição, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir **impostos**.

Como o mérito da inclusão das tarifas de transmissão e distribuição não foi julgado, a mudança de cálculo do ICMS sobre energia elétrica está nas mãos do STJ, onde há uma série de recursos sob a relatoria do ministro Herman Benjamin.

O questionamento é se a base de cálculo corresponde ao valor da energia efetivamente consumida ou, então, ao valor da operação, o que incluiria a transmissão e a distribuição.

De acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a exclusão da transmissão e da distribuição na base de cálculo do ICMS poderia diminuir o preço das contas de luz em, média, 10%. "Dados de 2021 evidenciam que a geração de energia representa 36% da conta de

luz, enquanto as transmissoras e as distribuidoras são responsáveis por 7% e 20% dos custos do setor, respectivamente. Complementam o preço da energia os encargos e **tributos**, que perfazem 37%", detalhou a Abradee.

Minas foi ao STF para compensar diminuição

As perdas com a queda do teto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) levaram o Estado de Minas Gerais, que, à época, estimava uma redução de R\$ 12 bilhões da arrecadação tributária, a ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) por uma compensação. À época, o ministro Gilmar Mendes acatou o pedido da Advocacia Geral do Estado (AGE) para que, a partir de agosto de 2022, mês a mês, a indenização fosse utilizada para abater a dívida de Minas com a União.

Entre agosto e novembro daquele ano, cerca de R\$ 1,8 bilhão foi utilizado para pagar a dívida. Até 2025, Minas deve ainda receber R\$ 1,5 bilhão para compensar o restante das perdas com a redução do ICMS sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica e telecomunicações. O restante é fruto de um acordo de R\$ 27 bilhões firmado entre os 26 Estados, o Distrito Federal e o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e homologado pelo STF, para recompor as perdas acumuladas.

Comsefaz Comitê afirma **temer** "cenário fiscal caótico"

Após a edição da Lei Complementar 194/2022, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz) defendeu que a exclusão da transmissão e distribuição da base de cálculo do ICMS poderia criar "um cenário fiscal caótico com corte de metade das arrecadações estaduais referentes à energia elétrica". "Cerca de R\$ 34 bilhões ao ano", pontuou o Comsefaz.

O TEMPO questionou à Secretaria de Fazenda quanto Minas Gerais perderia caso o STJ firmasse o entendimento para excluir as tarifas de transmissão e a distribuição da base de cálculo do ICMS, e quanto perdeu entre a edição da lei complementar e o entendimento do STF. Entretanto, até a publicação desta reportagem, a Fazenda não se manifestou.

"Dados de 2021 evidenciam que a geração de energia

representa 36% da conta de luz, enquanto as distribuidoras são responsáveis 20% dos custos do setor." Abradee

ENTENDA

10% é o percentual que pode ser reduzido na conta de luz

37% é o percentual de encargos e **tributos** no preço da energia

R\$ 1,5 bi é o valor que Minas Gerais pode receber até 2025

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

"FGTS Futuro" vai facilitar casa própria

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo pretende liberar em março o uso do chamado **FGTS** Futuro, nova modalidade de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para a compra da casa própria. Inicialmente, o benefício será voltado para beneficiários do Minha Casa, Minha Vida, com o foco em famílias com renda mensal de até R\$ 2.640, que são as que compõem a Faixa 1 do programa habitacional do governo.

A ideia é passar primeiro por um período de teste para, mais adiante, ampliar para todos os contemplados do Minha Casa, Minha Vida, cujo limite de renda é de R\$ 8 mil mensais, dizem técnicos do Ministério das Cidades.

O **FGTS** Futuro foi instituído pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas ainda depende de regulamentação pelo Conselho Curador do Fundo dos trabalhadores.

O governo Lula manteve a ideia e agora vai regulamentar o uso da modalidade.

A medida permite que trabalhadores com carteira assinada possam comprometer a contribuição que o empregador ainda vai depositar na sua conta vinculada do **FGTS**, de 8% do salário mensal, para complementar a renda na hora de demonstrar capacidade de pagamento e tomar o financiamento habitacional.

IMÓVEL DE MAIOR VALOR Na prática, o trabalhador vai poder optar por um imóvel mais caro, pagando uma prestação menor. Num exemplo prático, quem ganha R\$ 2 mil, por exemplo, pode comprometer atualmente 25% da renda mensal e pagar uma prestação de até R\$ 500.

Ao fazer uso do **FGTS** Futuro, esse trabalhador poderia assumir uma prestação de R\$ 660 e continuaria arcando com os mesmos R\$ 500. A diferença seria coberta automaticamente pela Caixa Econômica Federal, agente operador do **FGTS**, mensalmente - os R\$ 160 são referentes ao pagamento retido do empregado todos os meses.

Assim, o fluxo mensal de pagamento do **FGTS** pelo empregador vai direto para o financiamento habitacional.

Isso também pode beneficiar famílias que não conseguem pegar um empréstimo habitacional devido ao comprometimento de renda exigido.

Ao incluir o **FGTS** Futuro, terão mais chance de serem elegíveis ao financiamento da casa própria. O **FGTS** passa a ser contado como renda mensal, o que não ocorre hoje.

Atualmente, já é possível usar até 80% do **FGTS** acumulado para reduzir o valor das prestações que vão vencer em um ano ou abater no valor do contrato. No caso do **FGTS** Futuro, será possível abater as prestações com o **FGTS** simultaneamente ao momento em que o trabalhador recebe os valores do empregador.

Mas há um risco maior. Se o trabalhador que optar pelo **FGTS** Futuro for demitido, o valor da prestação que ele tem de tirar do bolso sobe. Ou seja, será preciso pagar o valor cheio da prestação, somando a fatia que vinha do **FGTS**. Considerando o exemplo da prestação de R\$ 500, esse valor seria acrescido de R\$ 160 para cobrir a falta do depósito do **FGTS**. Em situação de inadimplência, o mutuário fica sujeito à retomada do imóvel pela instituição financeira.

Inicialmente, integrantes do Conselho Curador do **FGTS** criticaram a ideia, alegando que os trabalhadores que fizerem uso do **FGTS** Futuro vão deixar de acumular na conta vinculada os valores recolhidos pelas empresas. Na hora da demissão sem justa causa, teriam pouco dinheiro a sacar.

Mas a multa de 40% sobre os valores depositados pelo empregador, em caso de demissão sem justa causa, fica mantida.

Integrantes do Ministério das Cidades avaliam que a medida amplia o acesso da população à casa própria e está dentro de uma das principais finalidades do **FGTS**, o apoio à habitação popular. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que tem criticado os saques recorrentes do Fundo, não se opõe ao **FGTS** Futuro para moradia. Mas o cotista não pode comprometer os recursos futuros com compra de móveis e outros tipos de bens.

A tendência é que a proposta de regulamentação seja aprovada sem problemas pelo Conselho Curador em março. O colegiado, comandado pelo Ministério do Trabalho, tem representantes de governo, trabalhadores e empregadores.

O **FGTS** reservou para este ano um orçamento de R\$ 97,15 bilhões para novas contratações dentro do Minha Casa, Minha Vida e mais R\$ 8,5 bilhões para quem tem conta no Fundo. Os juros variam entre 4% e 8,16% ao ano. O prazo de pagamento é de até 35 anos. O programa financia imóveis de até R\$ 350 mil em todo o país.

ESTÍMULO À ECONOMIA Além de condições mais facilitadas, o **FGTS** dá um desconto no valor total do crédito no ato do contrato, que pode chegar a R\$ 55 mil para famílias com renda de até R\$ 2.640. Para 2024, o volume total previsto é de R\$ 9,85 bilhões.

Para famílias de baixa renda, beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência), o Minha Casa, Minha Vida doa o imóvel com recursos da União. A verba prevista no Orçamento para isso em 2024 é de R\$ 9,4 bilhões.

Em governos anteriores recentes, o **FGTS** foi utilizado para estimular o consumo na economia, com a autorização de saques emergenciais que não estavam associados a políticas como o Minha Casa, Minha Vida. Na gestão de Jair Bolsonaro, foram criadas duas modalidades de retirada: o saque- aniversário, que permite retirar uma parcela do saldo no mês de nascimento do trabalhador; e a antecipação do **saque-aniversário** na forma de empréstimos bancários.

Segundo dados da Caixa, o **saque-aniversário**, em vigor desde abril de 2020, é utilizado por 34,6 milhões de trabalhadores.

Em 2023, foram sacados R\$ 14,6 bilhões. As operações de antecipação já foram feitas por 19,2 milhões de trabalhadores até o último dia 19 de janeiro, somando R\$ 133,3 bilhões.

TIRE SUAS DÚVIDAS

O que é o **FGTS** Futuro?

É mais uma modalidade de uso do **FGTS** para a casa própria. Vai permitir ao trabalhador contar com os recursos que ainda serão depositados pelo empregador para o crédito imobiliário.

Quais as vantagens de acessar o **FGTS** Futuro?

A principal vantagem é que os recursos podem elevar a capacidade de pagamento da família para assumir um financiamento habitacional. Permite, por exemplo, comprar um imóvel mais caro do que teria condições de comprovar renda, sem, na prática, elevar o valor da prestação e comprometer parcela adicional do salário.

Isso ocorrerá porque o dinheiro que o empregador depositará na conta do **FGTS** será automaticamente destinado ao abate do valor nominal da prestação.

O limite que pode ser comprometido hoje por prestações é de 25% da renda do trabalhador.

Quem terá direito ao benefício?

Inicialmente, trabalhadores com carteira assinada e renda bruta familiar de até R\$ 2.640.

O governo pode ampliar o acesso a esse programa?

A medida será focada na chamada Faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida como fase de teste. O governo, porém, avalia ampliar para outras faixas, até R\$ 8 mil. Para isso, o governo precisa do aval do Conselho Curador do **FGTS**, no qual tem maioria.

A prestação da casa própria vai ficar mais barata?

Ao utilizar o **FGTS** Futuro, mensalmente, o mutuário paga uma prestação menor. A diferença é paga automaticamente pela Caixa Econômica Federal, mensalmente, mas com o dinheiro do trabalhador que iria para a sua conta no Fundo de Garantia.

Em caso de demissão, como fica a prestação?

O mutuário passa a arcar com o valor total da prestação, sem a "ajuda" do seu **FGTS**. Ou seja, ele terá de assumir a parcela que vinha do depósito do ex-empregador no Fundo de Garantia. Se ficar inadimplente, pode perder a casa para o banco.

Como fica a multa de 40% se o trabalhador que fez a opção for demitido sem justa causa?

Ele poderá sacar o saldo da conta vinculada, que será menor que o depositado até ali, já que os valores foram usados no crédito habitacional. Mas a multa de 40% será calculada sobre o valor total dos depósitos feitos no período.

Quando a nova modalidade entra em vigor?

O governo quer aprovar os detalhes da nova regra no Conselho Curador do **FGTS** em março.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas já veem alta do PIB de 2024 mais perto de 2%

Anais Fernandes

Na esteira do pagamento dos precatórios e da melhora do crédito, que devem oferecer algum impulso adicional e sustento ao consumo, de uma recuperação parcial da indústria, beneficiada por um exterior benigno, e de um mercado de trabalho forte ajudando os serviços, economistas admitem que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2024 deve ser maior do que eles esperavam.

O consenso do mercado ainda está mais perto de 1,5%, com a mediana do Focus - pesquisa do Banco Central com agentes financeiros - em 1,6%. Mas analistas têm ajustado suas projeções para mais perto de 2%.

Recentemente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse não ver motivo para o Brasil crescer menos de 2% em 2024. A projeção da Secretaria de Política Econômica (SPE) é 2,3%. No mesmo evento em que Haddad falou, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o crescimento do **PIB** em 2024 pode ser um pouco acima de 2%-a projeção atual do BC é 1,7%.

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Co-pom) do BC, de janeiro, revela que os membros discutiram "elementos que permitiriam observar, nos próximos meses, uma atenuação da desaceleração da atividade antecipada em função do aumento da renda das famílias, como reflexo da elevação do salário mínimo, de benefícios sociais e do mercado de trabalho mais resiliente". Apesar disso, a ata afirma que, no que se refere à atividade doméstica, prossegue o cenário de desaceleração antecipado pelo comitê.

Para Anna Reis, economista-chefe da GAP Asset, ao falar de atenuação da desaceleração da atividade, o Copom também poderia estar de olho nos dados do quarto trimestre de 2023, que foram mais fortes do que o estimado e mostraram, segundo ela, "um ritmo maior do que seria o esperado em um cenário de economia desacelerando".

Agora, ela projeta todos os trimestres de 2024 crescendo entre 0,3% e 0,5%-o primeiro trimestre, por exemplo, deve avançar 0,4% sobre os três meses imediatamente anteriores. Com isso, a GAP elevou

sua projeção para o **PIB** do Brasil em 2024 de 1,3% para 1,7%.

Além do fim de ano mais forte em 2023, ela menciona o mercado de trabalho aquecido, não só porque a ocupação está elevada, mas também porque os ganhos salariais têm sido maiores. Outro motivo é o pagamento dos precatórios, que deve estimular de alguma forma o consumo, principalmente no primeiro trimestre.

Ela não descarta um **PIB** em 2%. "De 1,7% para 2% está muito perto. Acho que 2% é um pouquinho o balanço de riscos comporta. Há algumas pessoas com 2,5%, perto de 3%, aí me parece mais difícil."

O Banco BOCOM BBM ajustou sua estimativa recentemente para o **PIB** do Brasil em 2024 de 1,4% para 1,6%. "Revisamos para cima refletindo um pouco tanto o que Haddad e Roberto Campos têm falado e também o que temos visto nos dados, principalmente de mercado de trabalho, que está muito saudável", diz a economista-chefe Cecília Machado. "Isso, para mim, é um fator muito importante para o crescimento da economia em 2024", afirma.

Para Machado, chegar a um **PIB** de 2% em 2024 "não seria algo absurdo", mas ela também diz que não colocaria todas as suas fichas nesse cenário, "porque tem muita incerteza", afirma.

Em relatório recente, o Itaú Unibanco reforçou sua projeção de crescimento de 1,8% para o **PIB** em 2024, "mas com viés de alta", observou. O Bradesco, outro dos grandes bancos brasileiros, já projeta um **PIB** de 2% em 2024.

No PicPay, que ajustou recentemente sua projeção de 1,3% para 1,8%, a visão é que um regime macro global "mais equilibrado" pode ajudar sobretudo a indústria brasileira em 2024, segundo o economista-chefe Marco Caruso.

Mais cauteloso, o Santander revisou, também na semana passada, seu **PIB** para 2024 de 1,2% para 1,5%, muito por causa dos impulsos fiscais. A ACE Capital também projeta crescimento de 1,5% para o **PIB** do Brasil em 2024. Mas há um leve viés de alta para o número, segundo Ricardo Denadai, CEO e economista-chefe.

"Há algumas pessoas com 2,5%, perto de 3%, aí me parece mais difícil" Anna Reis

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187788?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187788?page=1§ion=1)**

Custo de manter reservas cai com menor diferença de juros

Estevão Taiar De Brasília

O custo de carregamento líquido das reservas internacionais caiu no ano passando, retomando para o mesmo patamar de meados de 2022. Os cálculos são de Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado.

As reservas internacionais servem como um "seguro" para o país em momentos de turbulência. Atualmente, o montante desses recursos está em US\$ 353 bilhões. De maneira simplificada, o Tesouro Nacional emite títulos no Brasil e, com a quantia arrecadada, compra principalmente dólares para investir em títulos do Tesouro americano. O custo do carregamento líquido é dado, grosso modo, pela diferença entre a Selic (hoje em 11,25%, sempre em termos anuais) e a remuneração dos títulos americanos (entre 5,25% e 5,5%).

Esse custo despencou durante a pandemia, quando as taxas básicas de juros no Brasil e nos Estados Unidos recuaram, respectivamente, para 2% e algo entre zero e 0,25%. Mas a partir de 2021 o indicador voltou a subir, à medida que o Banco Central (BC) do Brasil precisou elevar mais a taxa básica de juros para controlar a **inflação**.

Já em 2023, o indicador terminou em 1,93% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo os cálculos da IFI. Foi o patamar mais baixo desde agosto de 2022, quando estava em 1,86%, sempre em relação ao **PIB**.

O ano passado foi marcado tanto pela continuação das elevações da taxa básica de juros nos Estados Unidos, com alta de 1 ponto percentual no período, quanto pelo início do ciclo de cortes da Selic, que caiu 2 pontos percentuais. O movimento mais do que compensou o crescimento de quase US\$ 30 bilhões no estoque de reservas ao longo de 2023, o que eleva o custo de carregamento como proporção do **PIB**.

"Hoje o diferencial de juros está um pouco abaixo da média em relação a um histórico mais longo", diz Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. Para ela, o custo de manter as reservas internacionais "não é baixo", exatamente porque "os juros no Brasil são bem mais altos" do que nos Estados Unidos.

"Mas o benefício de manter esses recursos vai muito além dos custos", diz a economista-chefe do Inter. "Significa principalmente liquidez para momentos de crise, e é essa liquidez que ajuda a deixar o câmbio menos volátil, passar mais segurança para os investidores e até reduzir o prêmio de risco", explica.

Bruno Lavieri, economista-chefe e cofundador da consultoria 4intelligence, destaca que o benefício de ter as reservas "não é perfeitamente mensurável", já que não sabemos o que aconteceria com as contas externas se o país não tivesse os recursos. Mas aponta como possibilidades um "volume de investimento direto muito menor", uma "taxa de câmbio muito mais depreciada" e um custo de emissão de dívida pública também maior, já que "o investidor estrangeiro não teria a mesma confiança na moeda doméstica".

Alguns analistas destacam ainda que, além de um seguro importante, as reservas são também um ativo de qualidade para o país. Isso porque esses recursos geralmente são comprados em momentos em que o câmbio está valorizado. Mas o valor aumenta em reais quando há depreciação cambial. Foi esse movimento que permitiu, por exemplo, que o Banco Central transferisse em 2020 ao Tesouro R\$ 325 bilhões decorrentes de ganhos cambiais com as reservas.

Para este ano, Lavieri, da 4intelligence, projeta que o custo de carregamento líquido "tende a ser um pouco menor do que nos anos anteriores". Isso por causa das projeções de estabilidade para o câmbio e de quedas da Selic (para 10,05%, sempre na média anual) e da taxa básica de juros nos Estados Unidos (4,75%).

O custo de carregamento líquido das reservas internacionais caiu no ano passando, retomando para o mesmo patamar de meados de 2022. Os cálculos são de Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado.

As reservas internacionais servem como um "seguro" para o país em momentos de turbulência. Atualmente, o montante desses recursos está em US\$ 353 bilhões. De maneira simplificada, o Tesouro Nacional emite títulos no Brasil e, com a quantia arrecadada, compra principalmente dólares para investir em títulos do

Tesouro americano. O custo do carregamento líquido é dado, grosso modo, pela diferença entre a Selic (hoje em 11,25%, sempre em termos anuais) e a remuneração dos títulos americanos (entre 5,25% e 5,5%).

Esse custo despencou durante a pandemia, quando as taxas básicas de juros no Brasil e nos Estados Unidos recuaram, respectivamente, para 2% e algo entre zero e 0,25%. Mas a partir de 2021 o indicador voltou a subir, à medida que o Banco Central (BC) do Brasil precisou elevar mais a taxa básica de juros para controlar a **inflação**.

Já em 2023, o indicador terminou em 1,93% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo os cálculos da IFI. Foi o patamar mais baixo desde agosto de 2022, quando estava em 1,86%, sempre em relação ao **PIB**.

O ano passado foi marcado tanto pela continuação das elevações da taxa básica de juros nos Estados Unidos, com alta de 1 ponto percentual no período, quanto pelo início do ciclo de cortes da Selic, que caiu 2 pontos percentuais. O movimento mais do que compensou o crescimento de quase US\$ 30 bilhões no estoque de reservas ao longo de 2023, o que eleva o custo de carregamento como proporção do **PIB**.

"Hoje o diferencial de juros está um pouco abaixo da média em relação a um histórico mais longo", diz Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. Para ela, o custo de manter as reservas internacionais "não é baixo", exatamente porque "os juros no Brasil são bem mais altos" do que nos Estados Unidos.

"Mas o benefício de manter esses recursos vai muito além dos custos", diz a economista-chefe do Inter. "Significa principalmente liquidez para momentos de crise, e é essa liquidez que ajuda a deixar o câmbio menos volátil, passar mais segurança para os investidores e até reduzir o prêmio de risco", explica.

Bruno Lavieri, economista-chefe e cofundador da consultoria 4intelligence, destaca que o benefício de ter as reservas "não é perfeitamente mensurável", já que não sabemos o que aconteceria com as contas externas se o país não tivesse os recursos. Mas aponta como possibilidades um "volume de investimento direto muito menor", uma "taxa de câmbio muito mais depreciada" e um custo de emissão de dívida pública também maior, já que "o investidor estrangeiro não teria a mesma confiança na moeda doméstica".

Alguns analistas destacam ainda que, além de um seguro importante, as reservas são também um ativo de qualidade para o país. Isso porque esses recursos geralmente são comprados em momentos em que o

câmbio está valorizado. Mas o valor aumenta em reais quando há depreciação cambial. Foi esse movimento que permitiu, por exemplo, que o Banco Central transferisse em 2020 ao Tesouro R\$ 325 bilhões decorrentes de ganhos cambiais com as reservas.

Para este ano, Lavieri, da 4intelligence, projeta que o custo de carregamento líquido "tende a ser um pouco menor do que nos anos anteriores". Isso por causa das projeções de estabilidade para o câmbio e de quedas da Selic (para 10,05%, sempre na média anual) e da taxa básica de juros nos Estados Unidos (4,75%).

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187788>

Indicador derruba preço do bitcoin abaixo de US\$ 50 mil

O bitcoin caiu ontem, na esteira do Índice de Preços ao Consumidor (CPI) dos Estados Unidos mais forte do que o esperado em janeiro. A leitura de ontem indicou **inflação** de serviços ainda muito elevada, o que alimentou as apostas por cortes de juros mais tardios pelo Federal Reserve (Fed) e prejudicou a atratividade de ativos de risco, como o bitcoin e outras criptomoedas. Às 17h (de Brasília), o bitcoin caía 1,4%, a US\$ 49.066,95. Já o ether avançava 0,3%, a US\$ 2.628,51. As cotações são da Binance.

Segundo o CME Group, as apostas pelo primeiro corte do Fed passaram da reunião de maio para a de junho. A **inflação** resiliente nos Estados Unidos "puxou o tapete" do bitcoin, que vinha em um crescente rali e ontem ficou acima de US\$ 50 mil pela primeira vez desde 2021, conforme avalia Craig Erlam, da Oanda. Mesmo assim, ele afirma que, embora seja prejudicial no curto prazo, a perspectiva de juros não deve prejudicar muito o clima no espaço das criptomoedas.

A diretora de pesquisa da Coin-Desk Noelle Acheson escreveu, em sua newsletter diária Crypto is Macro, que a tendência do bitcoin no curto prazo ainda é de alta, podendo tocar US\$ 60 mil, "deixando as opções em aberto". Segundo ela, conforme aumenta a percepção de investidores de que o bitcoin é um ativo de diversificação, e enquanto há "um salto na acessibilidade por meio das listagens de ETFs à vista", a expectativa é que o preço do bitcoin seja empurrado para cima gradativamente, sem grande resistência.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132436>

Brasil e mundo demandarão mais petróleo, diz Opep

A demanda global de petróleo deve crescer em 2024, impulsionada principalmente pela China e pelas necessidades de transporte, estima a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) no seu relatório mensal publicado ontem. O mundo deverá consumir em média 104,4 milhões de barris por dia (mbd) de petróleo este ano e 106,2 milhões em 2025, depois de 102,1 mbd em 2023, segundo estimativas da organização, idênticas ao seu relatório de janeiro.

A Opep revisou ligeiramente em alta a sua previsão da demanda para 2024 nos Estados Unidos, em um contexto de melhora da economia, compensando uma ligeira queda esperada na Europa. "Isso reflete o crescimento econômico robusto esperado para este ano", diz o relatório.

"A manutenção da atividade econômica robusta na China, a recuperação global do tráfego aéreo e as necessidades de matérias-primas da indústria petroquímica serão elementos-chave para o crescimento da demanda do petróleo em 2024", afirma a Opep.

COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS. Opep também elevou em 120 mil barris por dia (bpd) sua expectativa para a oferta de combustíveis líquidos do Brasil em 2024, para uma média de 4,3 milhões de bpd. O resultado representa um avanço de 200 mil bpd ante o ano anterior, mas o cartel pondera que "o aumento dos custos no mercado offshore e a **inflação** também podem continuar a atrasar os projetos" e pressionar o crescimento da oferta no curto prazo.

No relatório, a Opep também atualizou suas estimativas para 2023 e para 2025. O cartel elevou em 400 mil barris por dia a estimativa para 2023, a 4,1 milhões de bpd, e projetou aceleração de cerca de 180 mil barris por dia da produção em 2025, a 4,4 milhões de bpd.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Empresas tentam alongar prazo de debêntures após período de aversão a risco

Rita Azevedo De São Paulo

As empresas brasileiras devem voltar neste ano a testar o apetite dos investidores para debêntures institucionais com vencimentos mais longos, depois de um ano em que a aversão ao risco limitou emissões com prazos maiores.

Na média, o prazo dos títulos institucionais, ou seja, os que não oferecem isenção fiscal ao investidor, até avançou de 2022 para 2023, passando de 5,1 anos para 6,3 anos, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Mas, na prática, poucas operações saíram com prazos mais esticados, como sete ou dez anos, dizem gestores.

O primeiro desses "testes" será da transportadora de gás NTS. A companhia deve captar nesta semana R\$ 8 bilhões com uma operação em três séries com prazos de cinco, sete e dez anos. Os recursos serão usados em uma operação estruturada que envolve a compra de títulos de dívida dos acionistas da companhia. A liquidação deve ocorrer na sexta-feira.

O ano passado foi muito ruim para o mundo das debêntures corporativas por conta dos eventos envolvendo Americanas, Light "e mais uma lista [de empresas com dificuldades financeiras] que ficou maior que o esperado", explica Evandro Buccini, gestor de crédito privado da Rio Bravo Investimentos.

Essa piora do cenário vista principalmente no primeiro semestre de 2023 teve vários efeitos no mercado de debêntures institucionais. O primeiro foi a redução dos volumes de emissão. Em seguida, veio o encolhimento dos prazos. Em um ambiente mais estressado, investidores como bancos ficaram receosos com a capacidade das companhias de cumprirem com as suas obrigações e fecharam um pouco as torneiras. Os fundos também pararam de captar e ficaram mais restritos em novas alocações.

Nesse contexto e até mesmo para conseguir sanar suas necessidades de recurso mais imediatas, as empresas optaram por reduzir os prazos. No ápice da crise, em março, emissões que em um cenário de normalidade teriam vencimento em cinco anos passaram a ter prazo de três ou dois anos.

"Durante essa fase de recuperação de crédito, as companhias buscaram não ficar amarradas por muito tempo em uma operação pagando taxas tão altas", diz Alexandre Muller, sócio e gestor de crédito privado da JGP, lembrando que os spreads de crédito ficaram em patamares elevados em 2023. "Como o custo da empresa estava alto, ela acabou preferindo fazer uma operação pagando a mais por um período mais curto, na esperança de que os spreads voltariam e que ela poderia acessar novamente o mercado." Neste ano, se os spreads começarem a convergir para a média histórica, os prazos devem ficar mais longos, diz Muller. "Se o ciclo continuar a melhorar, a tendência é exatamente essa." As primeiras companhias que irão atrás de captações mais longas serão as com rating mais alto, as também chamadas de "triple A", e as com fluxo de caixa mais previsíveis, disse Guilherme Ceneviva, responsável pela área de dívida local do UBS BB, em evento do banco realizado no fim de janeiro. "Depois delas, quem tem uma qualidade de crédito um pouco abaixo vai começar a testar novos limites." De maneira geral, Muller acredita que 2024 será um ano positivo para o mercado de debêntures, considerando o cenário macroeconômico com a continuação do ciclo de queda da Selic, o início do corte dos juros nos Estados Unidos, uma **inflação** mais controlada e a redução das incertezas **políticas**, com a aprovação de medidas importantes no Congresso.

Buccini também espera um ambiente melhor neste ano. "Com a taxa de juros caindo, mas ainda em patamares altos, devemos ver o fluxo de dinheiro voltando para os fundos de crédito, que é a condição necessária para o mercado de dívida melhorar", diz.

De forma consolidada - considerando também as debêntures incentivadas - o prazo médio dos títulos aumentou de forma expressiva em 2023, indo de 6,25 anos para 8,58 anos. O aumento é explicado pela maior participação no mercado das debêntures com isenção, que costumam ter vencimentos mais longos. Em 2022, o prazo médio dessas operações era de 12,7 anos. Em 2023, passou para 14,3 anos.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187788>

Dados sobre juro e inflação afetam bolsas

As bolsas europeias operavam em baixa ontem após ganhos registrados na segunda-feira enquanto investidores digeriam indicadores alemães e britânicos e aguardavam a atualização da inflação ao consumidor dos Estados Unidos.

No Brasil os mercados não abriram por causa do Carnaval.

Na Alemanha foi divulgado que o índice "zew" de expectativas econômicas subiu mais que o esperado em fevereiro, para 19,9 pontos. O índice de condições atuais, por outro lado, apresentou nova piora. Já no Reino Unido a taxa de desemprego caiu levemente no trimestre até dezembro, para 3,8%, e os salários tiveram avanço anual de 6,2% no mesmo período, taxa menor que a verificada nos três meses até novembro, mas um pouco acima da previsão de analistas. Enquanto a expectativa para o desemprego era de 4%, a previsão para o aumento nos salários era de 6%.

Havia esperança de um corte na taxa de juros em maio, mas agora essa expectativa deve ser adiada, avaliaram economistas.

Pressões salariais tendem a levar o Banco da Inglaterra a adiar o esperado primeiro corte de juros.

Preocupados também com a trajetória dos juros básicos nos Estados Unidos, investidores da Europa acompanhavam indicadores de preços americanos, fator que influencia a possibilidade de o Federal Reserve (Fed) começar a reduzir a taxa de juros. O "banco central" dos Estados Unidos pode começar a reduzir a taxa, dependendo dos dados de inflação.

Para o diretor de Investimentos da AJ Bell, Russ Mould, os mercados devem manter um padrão cauteloso enquanto esperam pela "próxima onda" de dados sobre inflação, indústria e Produto Interno Bruto (**PIB**), em busca de sinais sobre as políticas dos bancos centrais.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=163188&edicao=10988>

Inflação sobe 0,3% em janeiro e pode retardar corte de juros nos EUA

ALINE BRONZATI

Dados de **inflação** mais altos em janeiro, associados a um mercado de trabalho ainda bastante aquecido, empurraram as expectativas do mercado para o início do corte de juros nos Estados Unidos de maio para junho.

O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA avançou 0,3% em janeiro ante dezembro, informou ontem o Departamento do Trabalho.

O desempenho superou a mediana das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, de alta de 0,2%.

Na comparação anual, o CPI subiu 3,1% em janeiro, desacelerando frente à alta de 3,3% de dezembro, mas ainda acima das expectativas, de 2,9%. Já o chamado núcleo do indicador - que exclui itens voláteis como alimentos e energia - subiu 0,4% em janeiro e 3,9%, no ano.

A surpresa com a **inflação** americana em janeiro esvaziou o apetite a risco nas Bolsas de Nova York, que fecharam o dia com quedas expressivas. O índice Dow Jones recuou 1,35%, enquanto o S P 500 teve baixa de 1,37%. Já a Nasdaq, que reúne as empresas de tecnologia, desabou 1,8%. Por conta do carnaval, a Bolsa brasileira não funcionou ontem.

As chances de manutenção das taxas na próxima reunião do Fed, marcada para março, foram reforçadas e passaram a ser majoritárias também para o encontro de maio, mostra levantamento da plataforma CME Group. Assim, o mercado passou a apostar no primeiro corte nas taxas apenas em junho - probabilidade que chegou a 54,4% após o CPI de janeiro. "A aceleração (da **inflação**) será um fator que atrasará a decisão do Fed de começar a cortar as taxas para junho deste ano", diz o Morgan Stanley, em relatório a clientes.

De acordo com o estrategista- chefe da corretora Avenue, William Castro Alves, o índice de moradia continuou sendo o principal vilão em janeiro, subindo 0,6% e contribuindo com mais de dois terços da alta no mês. Alimentação também teve sua influência, enquanto energia atuou na contramão.

Para a consultoria britânica Capital Economics, o desempenho do núcleo do CPI serve de combustível para a narrativa de que "a última milha é a mais difícil" no combate à **inflação**. "Os dados do CPI são um lembrete de que o caminho de regresso a uma **inflação** de 2% ao ano - meta do Fed - provavelmente terá alguns buracos", reforçou o Wells Fargo.

Esforço

Analistas citam desafio da "última milha" para o Fed trazer a **inflação** para a meta de 2%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação nos EUA desacelera em janeiro, mas segue elevada

Christopher Rugaber

A **inflação** ao consumidor nos EUA diminuiu no mês passado, mas permaneceu elevada no mais recente sinal a pressão inflacionária impulsionada pela pandemia continua caindo, mas num ritmo gradual e errático.

O índice de preços ao consumidor nos EUA subiu 0,3% no mês em janeiro, de um aumento de 0,2% em dezembro, segundo informou ontem o Departamento do Trabalho. Em termos anuais, os preços subiram 3,1% no mês passado.

Isso é menos do que os 3,4% registrados em dezembro e muito abaixo do pico de **inflação** de 9,1% em meados de 2022. Mas a **inflação** segue bem acima da meta de 2% do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), em um momento em que a frustração pública com a **inflação** se tornou uma questão crucial na tentativa do presidente Joe Biden de reeleição.

Excluindo os preços voláteis de alimentos e energia, o chamado núcleo da **inflação** subiu 0,4% no mês em janeiro, acima da alta de 0,3% em dezembro. No ano, a **inflação** núcleo subiu 3,9% em janeiro, o mesmo que em dezembro.

O relatório de ontem mostrou que a pressão inflacionária mudou de bens - como carros usados, gasolina e mantimentos, que agora estão caindo de preço ou aumentando muito mais lentamente - para serviços, incluindo hospedagem, refeições em restaurantes e cuidados médicos. Essa mudança pode preocupar o Fed, porque a **inflação** de serviços geralmente leva mais tempo para esfriar.

Em sua última coletiva de imprensa, o presidente do Fed, Jero-me Powell, destacou os preços de serviços persistentemente altos como uma preocupação e indicou que as autoridades do Fed gostariam de ver a **inflação** de serviços diminuir ainda mais antes de começarem a cortar as taxas de juro.

"Ainda há alguma **inflação** no sistema que vai levar algum tempo para ser resolvida," disse Omair Sharif, fundador da consultoria Inflation Insights. "Isso justifica o Fed querer esperar e ver como as coisas vão acontecer."

Os dados apontando uma persistente **inflação** fizeram com que os preços das ações e títulos caíssem, com os mercados financeiros agora prevendo o primeiro corte de juro pelo Fed em junho, em vez de maio ou março, como se esperava antes. O índice S P 500 caiu 1,37%, enquanto os juros das T-notes de 10 anos subiram para 4,32%.

"Entendemos que há mais trabalho a ser feito, mas esta é uma economia que está em um lugar muito diferente do que estava um ano atrás," disse Karine Jean-Pierre, secretária de imprensa da Casa Branca. "Quando você vê ovos, leite e produtos como esses na mercearia diminuindo, eles estão mais baixos do que estavam um ano atrás, isso é importante."

Alguns economistas alertaram contra atribuir muito peso aos dados de **inflação** de janeiro, observando que muitas empresas impõem aumentos de preços anuais no primeiro mês do ano, dando um impulso temporário aos números de janeiro. O governo busca ajustar os dados para contabilizar essas tendências, mas nem sempre o faz perfeitamente.

Na verdade, uma série de dados sugere que a **inflação** continuará a esfriar. O ritmo do crescimento dos salários diminuiu, o que reduz a pressão sobre as empresas para aumentar preços e compensar os custos mais altos da mão de obra. E consumidores e empresários coletivamente esperam uma **inflação** mais baixa nos próximos meses e anos, mostram as pesquisas, uma tendência que pode, por si só, conter os aumentos de preços.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187788?page=1§ion=1>